



ACESSO ABERTO

Data de Recebimento:
28/12/2022

Data de Aceite:
09/02/2023

Data de Publicação:
18/02/2023

***Autor correspondente:**
Gabriela Rodrigues Almeida,
gabiroalmeida@gmail.com

Citação:
ALMEIDA, G. R. A. et al.
Violência obstétrica e a autonomia
da mulher durante o período
gravídico e puerperal. **Revista
Multidisciplinar em Saúde**, v. 4,
n. 1, 2023. [https://10.51161/
integrar/remis/3652](https://10.51161/integrar/remis/3652)

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E A AUTONOMIA DA MULHER DURANTE O PERÍODO GRAVÍDICO E PUERPERAL

Gabriela Rodrigues Almeida¹ Anna Gabriela Ribeiro dos Santos^{1*}, Leticia Freitas Lobo Gomes¹, Larissa Cássia Silva¹, Maria Aurea Soares de Oliveira²

¹ Centro Universitário de Goiatuba. Goiatuba, Goiás, Brasil.

² Instituto Multiprofissional de Ensino. Fortaleza, Ceará, Brasil.

RESUMO

Objetivo: Esta revisão integrativa, tem como objetivo analisar a autonomia da mulher e a existência da violência obstétrica em vários âmbitos que englobam o processo gravídico, desde o pré até o pós-parto. **Metodologia:** Essa revisão foi realizada através das bases de dados Scientific Electronic Library Online e PubMed, utilizando os descritores “Violência obstétrica”, “Direito sexual e reprodutivo”, “Humanização da assistência” e “Autonomia pessoal” entre os anos 2017 e 2022. **Resultados:** Sendo assim, foi pré-selecionado 598 artigos. Após o refinamento foram utilizados 13 artigos para a criação do presente trabalho. **Conclusão:** E conclui-se que a violência obstétrica é uma realidade em várias unidades de saúde do país, há uma resistência a essa conceituação, e também uma limitação em relação aos estudos que referem a ao direito sexual e reprodutivo e humanização da assistência.

Palavras-chaves: Violência obstétrica; Humanização da Assistência; Direito sexual reprodutivo; Autonomia Pessoal

ABSTRACT

Objective: This integrative review has the objective to analyze women's autonomy and the existence of obstetric violence in various areas that encompass the pregnancy process, from pre to postpartum. **Methodology:** This review was carried out using the Scientific Electronic Library Online and PubMed databases, using the descriptors „Obstetric violence“, „Sexual and reproductive rights“, „Humanization of care“ and „Personal autonomy“ between the years 2017 and 2022. **Results:** In this way 598 articles were pre-selected. After refinement, 13 articles were used to create this work. **Conclusion:** And is concluded that obstetric violence is a reality in several health units in the country, there is resistance to this concept, and also a limitation in relation to studies that refer to sexual and reproductive rights and humanization of care.

Keywords: Obstetric violence; Humanization of Assistance; Reproductive sexual right; Personal Autonomy

1 INTRODUÇÃO

O termo violência obstétrica trás várias definições, podendo ser considerada como violência psicológica, caracterizada por ironias, ameaça e coerção, assim como a violência física, por meio da manipulação e exposição desnecessária do corpo da mulher, dificultando e tornando desagradável o momento do parto. Incluindo condutas como mentir para a paciente quanto a sua condição de saúde para induzir cesariana eletiva ou de não informar a paciente sobre a sua situação de saúde e procedimentos necessários (SANFELICE et al., 2014; WOLFF & WALDOW, 2008).

Segundo dados nacionais foi identificado que uma em cada quatro mulheres sofre algum tipo de violência durante o parto, desde gritos, procedimentos dolorosos sem consentimento ou informação, falta de analgesia e até negligência (VENTURI; GODINHO, 2013). Estudos identificaram excesso de intervenções no parto e nascimento, apontando um modelo assistencial marcado por intervenções desnecessárias e muitas vezes prejudiciais, expondo mulheres e crianças a iatrogenias. Episiotomias, posição de litotomia no parto quando as evidências recomendam posições verticalizadas; a infusão de ocitocina e ruptura artificial da membrana amniótica para aceleração do trabalho de parto, manobra de Kristeller, podem ser procedimentos englobados na violência obstétrica (LEAL et al., 2014).

Vale destacar que ao longo dos anos foi-se observado os avanços na legislação em busca de estabelecer um padrão de humanização nos serviços de saúde para um parto humanizado, dentre esses padrões podemos citar a Lei Federal 11.108/2005 que prevê a permissão da presença de um acompanhante junto à parturiente no trabalho de parto, parto e pós-parto; Lei 11.634/2007 que dispõe sobre o direito da gestante conhecer e ter a vinculação à maternidade onde receberá a assistência no âmbito do SUS. E a Portaria Nº 1.459/2011 que instituiu no âmbito do Sistema Único de Saúde a Rede Cegonha (JACOB et., 2022).

O impacto da violência obstétrica no acesso aos cuidados de saúde é preocupante, uma vez que a qualidade dos cuidados afeta a experiência do parto das mulheres, o nascimento e a cultura da gestação e parto, podendo minar a credibilidade dos serviços de assistência ao parto (BOHREN et al., 2017). Nessa perspectiva, o atual estudo tem como objetivo expor a existência da violência obstétrica em vários âmbitos do processo gravídico, buscando retratar como a autonomia da mulher em um ambiente como este, é praticamente inexistente já que seus direitos garantidos por lei, são negados.

2 METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com foco na análise de artigos sobre violência obstétrica e a autonomia da mulher durante o período gravídico puerperal. Essa metodologia tem como objetivo integrar resultados de vários estudos coesos sobre este tema. Sendo assim, a produção deste estudo seguiu os seguintes passos: (1) seleção do tema; (2) definição de palavras-chaves para se extrair estudos específicos; (3) criação dos critérios de exclusão e inclusão dos artigos científicos dentro das plataformas; (4) pesquisa e seleção dos artigos científicos pertinentes; (5) elaboração da revisão que integre todo o conhecimento obtido.

Os estudos elegíveis foram extraídos por meio de buscas nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e PubMed, entre Agosto e Novembro de 2022. Nesta revisão incluíram-se somente artigos publicados em português. Os descritores utilizados na busca de artigos foram: “Violência

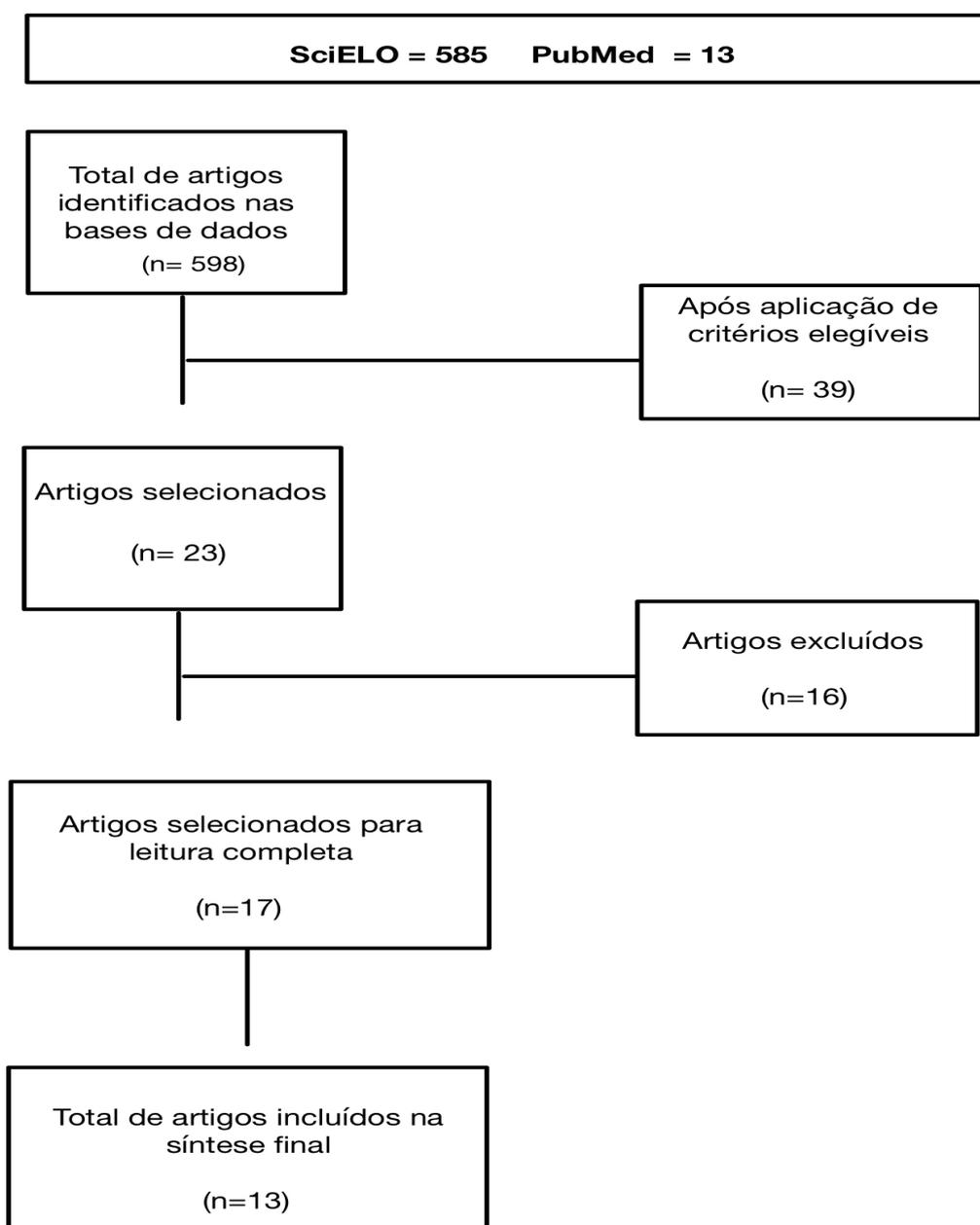
obstétrica”, “Direito sexual e reprodutivo”, “Humanização da assistência” e “Autonomia pessoal”.

As buscas foram limitadas a artigos publicados entre 2017 e 2022, sendo selecionados os estudos que apresentavam informações referente pesquisas com parturientes que sofreram essa violência, epidemiologia, e como é o trabalho da saúde pública nessa questão. Como critério de exclusão foram estabelecidos: artigos com mais de 5 anos de publicação e artigos fora do contexto de violência obstétrica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a definição da questão principal e descritores, se identificou-se pela busca 598 publicações, após a aplicação dos critérios elegíveis, se desprezou 559 artigos, permanecendo 23 para a leitura completa e refinamento. Sendo assim, no total 13 artigos atenderam aos devidos critérios, para a elaboração dos resultados e discussão deste estudo.

Figura 1: Fluxograma de seleção das publicações



A análise para elegibilidade desses estudos foi feita através da leitura exploratória, com uma abordagem qualitativa. A sistematização desses estudos está descrito na tabela 1, a qual apresenta uma síntese dos principais pontos e características dos artigos selecionados.

Tabela 1: Ano de publicação, título, objetivo e autor (n=13)

Título	Objetivo	Autor e data
Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil.	Discutir e refletir sobre como questões relacionadas à definição e terminologia, mensuração e políticas públicas no Brasil têm dificultado a pesquisa da temática, assim como a mitigação desses atos.	LEITE et al. 2022
Análise das denúncias de violência obstétrica registradas no Ministério Público Federal do Amazonas, Brasil.	Analisar as denúncias de violência obstétrica registradas no Ministério Público Federal do Amazonas, a fim de mapear as instituições de saúde do Amazonas envolvidas em violência obstétrica; as técnicas que são consideradas, pelas mulheres, como violentas; e realizar levantamento das categorias profissionais que foram denunciadas como autoras de violência obstétrica.	MARTINS et al. 2022
A percepção do cuidado centrado na mulher por enfermeiras obstétricas num centro de parto normal.	Compreender a percepção da atuação das enfermeiras obstétricas em relação à assistência às mulheres atendidas em um Centro de Parto Normal.	JACOB et al., 2022
Violência obstétrica em serviços de saúde: constatação de atitudes caracterizadas pela desumanização do cuidado.	Identificar na produção científica, práticas e atitudes pertinentes a assistência à saúde da mulher no ciclo gravídico puerperal que podem ser caracterizados enquanto violência obstétrica.	OLIVEIRA et al., 2019
Percepção dos médicos sobre a violência obstétrica na sutil dimensão da relação humana e médico-paciente	Analisar os aspectos da violência obstétrica percebida na dimensão da relação humana e médico-paciente	SENS; STAMM, 2019
Violência obstétrica: revisão de literatura	Avaliar publicações sobre irresponsabilidades cometidas as gestantes ocasionando a violência obstétrica.	CAVALHEIRO et al., 2021
Violência obstétrica e os direitos da parturiente: o olhar do Poder Judiciário brasileiro	Investigar a violência obstétrica por meio de alguns julgados, observando a perspectiva do Judiciário brasileiro sobre o tema.	BRITO, 2022
A violência obstétrica na percepção das múltiparas	Conhecer a percepção das múltiparas acerca das suas experiências com a violência obstétrica	RIBEIRO DO et al. 2020
Repercussões emocionais em mulheres que sofreram violência obstétrica	Analisar as repercussões da VO em mulheres	ASSIS; MEURER; DELVAN, 2021
Violência obstétrica e os cuidados de enfermagem: reflexões a partir da literatura.	Identificar na literatura científica o que aponta sobre a violência obstétrica e os cuidados de enfermagem para prevenção desta ocorrência.	CASTRO: ROCHA, 2020
Autonomia feminina no processo de parto e nascimento: estudo fenomenológico na perspectiva das mulheres.	Apreender as motivações das ações autônomas das mulheres no processo de parto e nascimento.	HONNEF, 2019
Os significados e sentidos do plano de parto para as mulheres que participaram da Exposição Sentidos do Nascer	O objetivo foi analisar a percepção das mulheres que realizaram o plano de parto sobre a experiência de parto, os significados do plano de parto, seus elementos constituintes e a relação do plano de parto com o trabalho de parto e parto.	SANTOS et al., 2019

Primeiramente, diante da revisão dos treze artigos utilizados nesse estudo, pode-se afirmar que lamentavelmente, depara-se com o fato de que ainda há evidências de poucos estudos acerca da temática de desrespeitos, abusos, maus tratos e violência obstétrica evidenciando as variadas consequências desses atos na saúde da mulher e, em alguns casos, podendo vir a afetar o recém-nascido. Essa escassez, principalmente, é resultado da falta de aceitação em relação à terminologia usada e à definição desse campo teórico, possibilitando compreender que, ainda nos dias de hoje, o assunto é percebido como um tabu diante da sociedade como um todo (LEITE et al., 2022).

Neste sentido a expressão Violência Obstétrica pode corresponder a abusos e desrespeitos sofridos pelas gestantes durante o parto e consumada por profissionais e instituições de saúde. Podendo ser evidenciada também por mães no período puerpério. Esse termo já é reconhecido por entidades de saúde em todo o mundo, e inclusive utilizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo governo de vários países (CNS, 2019).

A violência obstétrica pode ser considerada espécie de violência de gênero, simbólica e institucional. Arraigada ao cotidiano feminino, em muitas circunstâncias, é naturalizada. Todavia, o aumento do acesso à informação, entre outros fatores, vem ocasionando mudança de postura, constatada pelo crescimento das denúncias e demandas judiciais é possível identificar o desconhecimento dos magistrados sobre o tema, o que redundava, em algumas ocasiões, na mitigação de direitos pelo próprio Poder Judiciário (BRITO et al., 2020).

A violência não está somente nos procedimentos técnicos, porém pode ser através de abusos verbais e psicológicos, efetuados com gritos, negam à presença do acompanhante, uso de bordão ofensiva, destratadas por chorar de dor, repreensões, xingamentos, ameaças, utilizam ainda jargões pejorativos e piada (CASTRO; ROCHA, 2020)

Percebe-se que os caracterizadores da violência obstétrica são todos aqueles cometidos contra a mulher no exercício de sua saúde sexual e reprodutiva, podendo ser cometidos por profissionais de saúde, servidores públicos, profissionais técnico administrativos de instituições públicas e privadas (OLIVEIRA, 2019).

Partindo desse pressuposto, alguns estudos trazem a identificação desses atos no ambiente da saúde. Na pesquisa de Martins et al., (2022) foi analisado as denúncias de violência obstétrica registradas no Ministério Público Federal do Amazonas. Assim, 43 denúncias sobre violência obstétrica protocoladas entre 2008 e 2018, detectaram-se 12 maneiras diferentes de realizar a denúncia; 13 instituições de saúde, 29 técnicas consideradas violentas; além de identificar 8 especialidades profissionais denunciadas.

Já para Jacob et al., (2022) foi estudado a percepção da atuação das enfermeiras obstétricas em relação à assistência às mulheres atendidas em um Centro de Parto Normal. Entende-se que a percepção do cuidado atribuído à enfermagem obstétrica se fundamenta no campo da humanização do pré-natal e nas ações de cuidado alinhadas às evidências científicas, fisiológicas e de autonomia da mulher no cuidado obstétrico.

No estudo de Sens; Stamm (2019) foi visto os aspectos da violência obstétrica percebida na dimensão da relação humana e médico-paciente, que envolve: a interação no encontro, os limites da autonomia da mulher na perspectiva do profissional, os desafios quando há divergência de opinião na tomada de decisão, bem como reflexões sobre a violência à qual o profissional se percebe submetido. Iniciativas em busca de mudanças efetivas na assistência obstétrica, e a reivindicação do reconhecimento social da violência

obstétrica ou institucional, são fenômenos atuais, fruto da reflexão multidimensional do que é constitutivo em um parto (SENS; STAMM, 2019).

Para Ribeiro et al., (2020) A violência obstétrica nas instituições de saúde é fato vivenciado por muitas mulheres. O trauma sofrido as acompanha ao longo da vida. Algumas consêquências podem ser encontradas quando esse ato é praticado, como exemplo, a depressão pós-parto, pesquisas analisaram o impacto do parto no desenvolvimento de transtornos em mulheres, constatando que grande número das participantes com história de parto traumático apresentaram sintomas de depressão nas primeiras semanas após o parto (ASSIS; MEURER; DELVAN, 2021).

É preciso evitar a naturalização de práticas violentas durante o processo de parto/nascimento garantindo um cuidado respeitoso e sem discriminação (RIBEIRO et al., 2020). Na condição da assistência ao parto, se afirma uma relação entre dois ou mais indivíduos, uma interação pessoal e profissional que ultrapassa os aspectos objetivos das rotinas institucionais ou da prática assistencial (SENS; STAMM, 2019).

A Organização Mundial de Saúde recomenda o plano de parto, devido a sua importância por trazer inúmeros benefícios, como favorecer a compreensão da mulher sobre o parto e oferecer uma explicação nítida da vontade da paciente, sendo um excelente meio auxiliar na tomada de decisão compartilhada (SANTOS et al., 2019).

4 CONCLUSÃO

Após analisar todas as informações obtidas, a partir dos artigos revisados, foi possível concluir que a violência obstétrica é uma realidade em várias unidades de saúde do país, existem sim, leis que amparam a mulher a fim de preservar sua autonomia e segurança, porém é fato que sua existência, não garante sua aplicabilidade. Foi possível também observar uma certa resistência em aceitar essa conceituação, o que está intimamente ligado à falta de consciência e conhecimento por parte destes profissionais, pois a partir do momento que algo não é reconhecido, ele também não é visto como algo contestável ou imprudente.

Espera-se que este estudo contribua para que os profissionais tenham consciência da importância de criar e atuar de maneira humanizada, para que situações de violência no pré- parto, parto e pós-parto não sejam mais algo tão banal e frequente como é hoje. Assim como também possa colaborar para a criação de estratégias que atuem como prevenção secundária, através da elaboração e implantação de protocolos de capacitação para toda equipe responsável, minimizando assim a violência obstétrica.

Em conclusão, durante a revisão desses estudos selecionados encontrou-se algumas limitações em relação ao direito sexual e reprodutivo e humanização da assistência, demonstrando a necessidade de novos estudos acerca desses temas.

REFERÊNCIAS

ASSIS, K. B.; MEURER, F.; DELVAN, J. S. Repercussões emocionais em mulheres que sofreram violência obstétrica. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 39, n. 103, p. 135-157, jan./mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.108, de 7 de Abril de 2005. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. *Diário Oficial da União*. D.O.U. DE 08/04/2005, P. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm
Acesso em: 30/08/2022

BRASIL. Lei nº 11.634, de 27 de Dezembro de 2007. Dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**. D.O.U. DE 28/12/2007, P. 2. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111634.htm

Acesso em: 30/08/2022

BOHREN, M.; HUNTER, E.C.; MUNTHERR-KAAS, H.M.; SOUZA, J. P.; VOGEL, J. P.; GULMEZOGLU, A. M. Facilitators and barriers to facility-based delivery in low- and middle-income countries: A systematic review of qualitative evidence. *Reprod Health* [periódico na internet]. [acessado 2017 Mar 14]: [cerca de 17p.]. 2014.

BRITO, C. M. C. de; OLIVEIRA, A. C. G. de A.; COSTA, A. P. C. de A. Violência obstétrica e os direitos da parturiente: o olhar do Poder Judiciário brasileiro. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 120–140, 2020. DOI: 10.17566/ciads.v9i1.604. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/604> Acesso em: 24/10/2022

CAVALHEIRO, Edson Alan Mora. et al., Violência Obstétrica: revisão de literatura. **Artigos.com** | Vol. 26 | e6695.

CASTRO, A. T. B.; ROCHA, S. P. Violência obstétrica e os cuidados de enfermagem: reflexões a partir da literatura. **Enfermagem em foco**, 11(1), 2020.

JACOB, T. N. O. et al., A percepção do cuidado centrado na mulher por enfermeiras obstétricas num centro de parto normal. **Esc Anna Nery** 2022;26:e20210105.

LADEIRA, F. M. B. et al., Colonização do corpo e despersonalização da mulher no sistema obstétrico. **Revista de Administração de Empresas**, V. 62 | n. 4 | 2022 | 1-17 | e2021-0082, 2022.

LEAL, M. C. et al., Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 27(2):483-491, fev. 2022.

LEAL, M. C. et al. Intervenções obstétricas durante o trabalho de parto e parto em mulheres brasileiras de risco habitual. **Cad Saude Publica**; 30(Supl. 1):17-32, 2014.

MARTINS, R. B. et al. Análise das denúncias de violência obstétrica registradas no Ministério Público Federal do Amazonas, Brasil. **Cad. Saúde Colet.**,30(1), 2022.

OLIVEIRA, L. L. F. D.; TRINDADE, R. F. C. D.; SANTOS, A. A. P. D.; ARAÚJO, B. R. O. D.; PINTO, L. M. T. R.; SILVA, L. K. B. D. Violência obstétrica em serviços de saúde: constatação de atitudes caracterizadas pela desumanização do cuidado. **Rev. enferm. UERJ**, 2019.

PAIVA, Antonia de Maria Gomes. et. al., Representações sociais da violência obstétrica para puérperas e profissionais da saúde: Análise fatorial de correspondência. **Cogitare Enferm.** v27:e75198, 2022.

RIBEIRO, D. O. et al., A violência obstétrica na percepção das múltiparas. **Rev Gaúcha Enferm.** 41:e20190419, 2020.

SANTOS, F. S. R. et al., Os significados e sentidos do plano de parto para as mulheres que participaram da Exposição Sentidos do Nascer. **Cad. Saúde Pública**, 2019.

SAÚDE, Conselho Nacional. Violência obstétrica: CNS se posiciona contra extinção do termo, proposta pelo Ministério da saúde. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/588-violencia-obstetrica-cns-se-posiciona-contr-extincao-do-termo-proposta-pelo-ministerio-da-saude>. Acesso em: 24/10/2022

SENS, Maristela Muller. et al., Percepção dos médicos sobre a violência obstétrica na sutil dimensão da relação humana e médico paciente. **Interface (Botucatu)** <https://doi.org/10.1590/Interface.180487>.

VENTURI, G.; GODINHO T. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, SESC-SP; 2013 11.